

Governo endurece para ter acordo sobre dívida *externa*

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo examinará todas as alternativas visando ao restabelecimento do fluxo de recursos externos para o País e à redução das transferências reais para o Exterior. Nesse sentido, iniciativas como as operações de co-financiamento, que garantem a participação do Banco Mundial e de bancos privados em empréstimos específicos para obras ou setores da economia, não serão descartadas, da mesma forma que a capitalização parcial dos juros, a redução substancial de spreads (taxas de risco) e a inclusão, na libor, de todo o estoque da dívida.

Técnicos da área econômica que assessoraram o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, os principais condutores da negociação, garantiram que não há da parte do governo, a intenção de "endurecer" com os banqueiros apenas como exibição, mas uma firme determinação de utilizar toda a flexibilidade necessária para alcançar um acordo razoável para o País.

Esses informantes preferiram não comentar a declaração do novo embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marclio Marques Moreira, segundo a qual seria possível obter, já a partir de 1987, uma redução entre US\$ 1 bilhão e US\$ 1,5 bilhão nas transferências de recursos reais para o Exterior.

Admitiram, no entanto, que o

ministro Dílson Funaro espera muito mais, e considera que esse ganho será obtido apenas na redução da taxa de risco, cujo nível o Brasil reivindica seja inferior ao que foi concedido na renegociação mexicana, ou seja,

0,871% da libor, que é a taxa interbancária de Londres.

A intenção do governo é obter um ganho de pelo menos 2,5% do PIB nas transferências, com uma redução, portanto, da ordem de US\$ 3

bilhões a US\$ 4 bilhões. Evidentemente — como lembram os especialistas do Ministério do Planejamento — nesse montante estão incluídos os recursos novos que poderão vir de forma variada, inclusive de empréstimos financeiros, restabelecendo-se o fluxo de poupança externa.

EQUALIZAÇÃO

A criação de um fundo de equalização, que absorveria o diferencial entre a taxa de juros fixa previamente negociada e a taxa efetivamente praticada no mercado, é apenas mais uma das formas de operacionalizar essa capitalização, segundo notam os especialistas da área econômica. Eles lembram que a idéia chegou a ser ventilada há dois anos pelo ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, com algumas diferenças.

Ao negarem que o Brasil abandonou a alternativa do co-financiamento, inclusive a operação de US\$ 1,2 bilhão com o Banco Mundial (US\$ 500 milhões) e com os bancos privados (US\$ 700 milhões), os informantes disseram que seria um erro estratégico primário fixar-se obsessivamente numa só proposta. Segundo eles, o ideal seria apresentar um leque de alternativas e, quando possível, obter um pouco de cada solução, até se alcançar o resultado final desejado.

Eles lembram que só o fato de se retirar da prime rate o referencial de 23% da dívida externa brasileira significará de um só golpe, obter uma sensível redução na taxa de juros de US\$ 23 bilhões, o que não deixa de ser uma economia expressiva.